

PREFÁCIO

Há mais de uma década que as organizações de direitos humanos têm vindo a alertar para o contínuo declínio do respeito pelos direitos humanos e pelo Estado de direito. Nessa trajetória descendente, onde se encaixa 2022? Foi mais um ano desastroso para os direitos humanos? Será que a ruptura com as normas internacionais chegou, novamente, ao fundo do poço? Se assim for, o que deve a comunidade global fazer a esse respeito?

Em fevereiro de 2022, a Rússia invadiu a Ucrânia, levando a destruição militar a um povo e a um país que estavam em paz. Em poucos meses, a infraestrutura civil foi arruinada, milhares de pessoas foram mortas e muitas mais ficaram feridas. A ação da Rússia acelerou a crise mundial de energia e ajudou a enfraquecer os sistemas de produção e distribuição de alimentos, resultando numa crise alimentar mundial que continua a atingir de forma desproporcional as nações mais pobres e as pessoas racializadas.

Menos de uma semana depois da invasão, o Procurador-Geral do TPI anunciou uma investigação sobre os crimes de guerra cometidos na Ucrânia. Em 2 de março, a esmagadora maioria dos países na Assembleia Geral da ONU votou para condenar a invasão da Rússia como um ato de agressão. Enquanto isso, países europeus que há muito rejeitavam refugiados abriram suas fronteiras aos ucranianos que procuravam segurança.

Ao longo de 2022, os apelos internacionais por justiça e o apoio às investigações sobre crimes de guerra foram estridentes. Possivelmente para aproveitar essa onda, os Estados membros da ONU, na sua Assembleia Geral, adotaram uma resolução que se opunha ao poder de veto no Conselho de Segurança, uma das principais fontes da sua fraqueza sistémica.

Poderia a agressão da Rússia contra a Ucrânia ser também um sinal de alerta mais amplo? Poderia servir para unir o mundo em torno dos direitos humanos e dos valores universais?

MAIS CONFLITOS, MAIS LETAIS

A guerra na Etiópia intensificou-se em 2022, colhendo centenas de milhares de vidas, segundo algumas estimativas, e tornando-se um dos conflitos mais mortíferos da história recente. Essa carnificina, no entanto, foi em grande parte encoberta, numa campanha quase invisível de limpeza étnica contra a população tigrina do Tigré ocidental.

O ano de 2022 foi o mais letal da última década para os palestinos na Cisjordânia, onde pelo menos 151 pessoas, incluindo dezenas de crianças, foram mortas pelas forças israelitas, a maioria no contexto de operações militares de busca e detenção cada vez mais frequentes. A punição sistemática da população Karen pelos militares de Myanmar matou centenas de pessoas e tornou pelo menos 150.000 deslocadas. A população de países como Haiti, Mali, Venezuela, Iémen e muitos outros também sofreu com conflitos armados ou com violência sistémica e com várias violações de direitos humanos daí decorrentes.

MAIS CATÁSTROFES CLIMÁTICAS, MAIS PETRÓLEO, MENOS REPARAÇÕES

Os custos devastadores de uma crise climática não controlada ficaram bastante evidentes em 2022. Inundações, secas, ondas de calor e incêndios causaram mortes, perda de habitações, perda de meios de subsistência e insegurança alimentar crescente.

Ainda assim, diante desses desastres, quando os líderes mundiais se reuniram para a COP27 no Egito, não tomaram as medidas necessárias para manter a temperatura global abaixo do limiar de 1,5°C. Além disso, os Estados recusaram-se a enfrentar o principal fator do aquecimento global: a produção e o uso de combustíveis fósseis.

A cooperação global para conter esse aumento de temperatura foi ineficaz e as negociações não asseguraram compromissos vitais para a eliminação gradual de todos os combustíveis fósseis. Houve sim um avanço em relação ao financiamento para os países mais atingidos por desastres climáticos: a criação do Fundo de Perdas e Danos é uma ponta de esperança para as pessoas que vivem a crise climática na primeira pessoa. No entanto, ainda falta muito para o fundo estar operacional, e os 100 mil milhões de dólares anuais de financiamento para questões do clima, que os países ricos têm vindo a prometer às nações em desenvolvimento desde 2009, ainda não foram entregues.

Enquanto isso, as seis maiores petrolíferas do mundo ocidental alcançaram lucros brutos recordes de mais de 200 mil milhões de dólares em 2022. Esse acumular extraordinário não é apenas um produto da agressão da Rússia contra a Ucrânia, que fez subir os preços da energia. Reflete o menosprezo da indústria de combustíveis fósseis pelos danos que os seus negócios causam ao clima e ao meio ambiente no mundo, e sua insistência em não compensar ou corrigir os estragos que causam.

DUPLICIDADE DE CRITÉRIOS

A pandemia da Covid-19, em primeiro lugar, e a guerra da Ucrânia, depois, intensificaram o uso de dois pesos e duas medidas. As nações ricas acumularam vacinas para a Covid-19 e enfraqueceram os sistemas multilaterais de redistribuição, contribuindo para o aprofundamento da desigualdade. Em 2022, havia poucos sinais de reversão desse quadro. Os países ricos não tomaram medidas para aliviar o peso esmagador das dívidas dos países em desenvolvimento.

A agressão russa contra a Ucrânia também é uma guerra contra os valores universais e os sistemas multilaterais projetados para os defender. Para vencer esta guerra, o mundo ocidental não pode tolerar agressões semelhantes noutros países só porque os seus interesses estão em jogo. A duplicidade de critérios do Ocidente foi claramente evidenciada pelo seu silêncio ensurdecedor face às violações de direitos humanos cometidas na Arábia Saudita e no Egito, assim como pelas suas reações contraditórias diante dos graves impactos de outros conflitos sobre os direitos humanos, inclusive de crimes contra a humanidade, e diante da responsabilidade de proteger os refugiados que fogem dessas situações.

Em Israel e nos Territórios Palestinos Ocupados, o sistema de apartheid solidificou-se em 2022. Sucessivos governos israelitas executaram medidas para forçar mais palestinos a abandonar as

suas casas, expandindo os assentamentos ilegais e legalizando os assentamentos e postos avançados de colonato já existentes em toda a Cisjordânia ocupada. Em vez de exigir o fim desse sistema de opressão, muitos governos ocidentais preferiram atacar quem denuncia o sistema de apartheid de Israel. As portas abertas da UE para os refugiados ucranianos que fogem da agressão russa permaneceram fechadas para os que fogem da guerra e da repressão no Afeganistão e na Síria. Entre setembro de 2021 e maio de 2022, os EUA expulsaram mais de 25.000 haitianos, detendo e submetendo muitos deles a tortura e outros maus-tratos, práticas assentes no racismo contra pessoas negras.

Esses exemplos confirmaram para o resto do mundo que o apoio do Ocidente aos direitos humanos é seletivo e interesseiro, comprometendo o apoio do mundo à Ucrânia. Essa duplicidade de critérios não beneficia apenas as potências ocidentais. A China continuou a livrar-se da condenação internacional da AGNU e do CDHNU apesar das violações massivas de direitos humanos que configuram crimes contra a humanidade cometidos contra os uigures e outras minorias muçulmanas.

PROTEÇÃO DOS DIREITOS NO ÂMBITO NACIONAL

Qualquer tentativa de argumentar que a resposta do mundo à agressão russa possa marcar uma nova era para um sistema internacional baseado em valores e no Estado de direito será comprometida pela evidente deterioração da proteção aos direitos humanos que os Estados devem garantir ao nível nacional.

Em países como o Brasil, Canadá, Suécia, Tanzânia e Vietname, entre outros, os direitos dos povos indígenas foram violados, pois os Estados não os protegeram contra a expropriação das suas terras por empresas ou autoridades públicas.

O Tribunal Supremo dos EUA derrubou uma antiga garantia constitucional de acesso ao aborto, ameaçando com isso o exercício de direitos cruciais, como o direito à vida, à segurança e à não discriminação, para milhões de mulheres, meninas e outras pessoas. No Afeganistão, os Talibãs impuseram restrições draconianas que negaram às mulheres e às meninas os direitos à educação, ao trabalho e à autonomia, enquanto proclamava publicamente a subserviência das mulheres aos homens. No Irão, a "polícia da moralidade" assassinou Mahsa Amini por usar o lenço para cobrir a cabeça de uma forma que consideraram errada, provocando protestos por todo o país, que resultaram em mais mulheres e meninas feridas, presas ou mortas.

Em 2022, a corrosão das nossas liberdades de manifestação e de expressão tomou dimensões de uma verdadeira avalanche. Na Rússia, órgãos de comunicação social foram levados aos tribunais e fechados simplesmente por mencionarem a guerra na Ucrânia. Jornalistas foram presos no Afeganistão, na Etiópia, em Myanmar, na Rússia e em dezenas de outros países por todo o mundo. A tecnologia foi usada como arma contra muitas pessoas, para silenciar, impedir reuniões públicas ou desinformar. Manifestantes pacíficos enfrentaram um arsenal cada vez maior de armas, desde bastões, gás lacrimogéneo e balas de borracha até munições reais, como vimos no Irão, no Perú e no Sri Lanka. A legislação corrosiva do Reino Unido aumentou o poder da polícia e diminuiu o direito de protestar pacificamente.

Testemunhamos atos icônicos de rebeldia, como as mulheres afegãs que saíram às ruas para protestar contra o domínio dos Talibãs e as mulheres iranianas publicando vídeos de si mesmas

cortando os cabelos em protesto contra as leis abusivas do país que obrigam ao uso do véu. Também nos pode dar alento saber que, diante de tanta repressão, milhares de pessoas ainda se reuniram para escrever cartas, assinar petições e sair às ruas. Isso deve lembrar a quem está no poder que os nossos direitos de exigir mudanças e de nos reunir livre e coletivamente não nos podem ser tirados.

EM CONCLUSÃO

2022 pode ter sido um ponto de inflexão para a ordem internacional. Certamente ocorreu uma renovação da aliança Atlântica, com um nível de cooperação entre os EUA e outras potências ocidentais que teria sido difícil imaginar há um ano atrás, após a caótica retirada do Afeganistão em 2021.

No entanto, não houve nenhuma inflexão no que respeita aos direitos humanos. Pelo contrário, a sua trajetória continuou descendente. A agressão russa serviu para destabilizar ainda mais um sistema internacional multilateral já enfraquecido por Estados poderosos que desrespeitaram impunemente o direito internacional durante décadas. A guerra desviou recursos e atenção da crise climática, de outros conflitos de longa data e do sofrimento humano em todo o mundo.

A resposta do Ocidente à invasão russa da Ucrânia também evidenciou a sua própria duplicidade de critérios e as suas reações incompatíveis frente a tantas outras violações da Carta das Nações Unidas. Tais posturas serviram para alimentar ainda mais a instabilidade e a impunidade.

Se a guerra de agressão da Rússia deixa algo claro para o futuro do mundo, é a importância de uma ordem internacional baseada em regras que seja eficaz e aplicada de forma coerente. Os líderes da coligação em apoio à Ucrânia devem intensificar os seus esforços e procurar parceiros para renovar o seu compromisso com um sistema internacional que beneficie a maioria da população mundial.

Em 2023, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, um documento criado a partir das cinzas de uma guerra mundial, completa 75 anos. Não vamos esperar que o mundo esteja mais uma vez em chamas para fazer valer as liberdades e princípios que foram estabelecidos à custa de milhões de vidas. Que 2023 seja um ano de viragem para a defesa dos direitos humanos. Qualquer ambição menor por parte dos líderes mundiais seria uma traição capaz de precipitar o mundo no abismo.

Agnès Callamard,
Secretária-Geral da Amnistia Internacional